

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPEDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITARIO EURÍPEDES SOARES DA ROCHA – UNIVEM
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**GERSON MALDONADO CALIMAN
LUIZ HENRIQUE DE S. ANDRADE
MARCO ANTÔNIO RENÓ JORGE**

**A DEMOSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA VALIDAÇÃO
COMO PEÇA CONTÁBIL OBRIGATÓRIA SEGUNDO A LEI
11.638/2007**

MARÍLIA
2010

GERSON MALDONADO CALIMAN
LUIZ HENRIQUE DE S. ANDRADE
MARCO ANTÔNIO RENÓ JORGE

A DEMOSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA VALIDAÇÃO
COMO PEÇA CONTÁBIL OBRIGATÓRIA SEGUNDO A LEI 11.638/2007

Trabalho de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, Mantenedora do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof^a. Ms. Vânia Cristina Pastrri Gutierrez

MARÍLIA
2010

Andrade, Luiz Henrique de Souza; Caliman, Gerson Maldonado; Jorge, Marco Antônio Renó.

A Demonstração do Valor Adicionado e sua validação como peça contábil obrigatória segundo a Lei 11.638/2007/ Caliman, Gerson Maldonado; Andrade, Luiz Henrique de Souza; Jorge, Marco Antônio Reno; orientador: Vânia Cristina Pastro Gutierrez. Marília,SP:[s.n],2010
47 f.

Trabalho de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Eurípides de Marília-UNIVEM, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2010.

1. Demonstração do Valor Adicionado 2. Lei 11.638/2007 3. Análise da DVA

CDD: 657



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM
Curso de Ciências Contábeis.

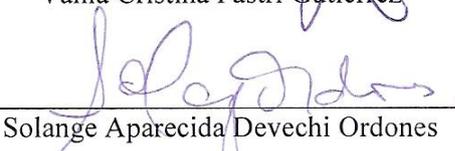
Gerson Maldonado Caliman - 39983-3
Marco Antonio Renó Jorge - 37545-4
Luiz Henrique de Souza Andrade - 32458-2

TÍTULO "A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA VALIDAÇÃO
COMO PEÇA CONTÁBIL OBRIGATÓRIA SEGUNDA A LEI 11.638/2007 "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Nota: 10 (dez)

ORIENTADOR: 
Vania Cristina Pastris Gutierrez

1º EXAMINADOR: 
Solange Aparecida Devechi Ordones

2º EXAMINADOR: 
Moacir Spadoto Righetti

Marília, 02 de dezembro de 2010.

Dedicamos este trabalho a nossos familiares pelo apoio incondicional;

E aos nossos amigos pelo incentivo e por todas as alegrias vividas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que nos ajudaram nessa jornada, em especial aos amigos que caminharam conosco, a família que nos apoiou incondicionalmente e a academia, por proporcionar o conhecimento que levaremos em nosso espírito por toda a eternidade.

*"Se queres colher em três anos,
plante trigo;
se queres colher em dez anos,
plante uma árvore;
mas se queres colher para sempre,
desenvolva o homem".*

Provérbio Chinês.

Caliman, Gerson Maldonado; Andrade, Luiz Henrique de Souza; Jorge, Marco Antônio Renó. **A Demonstração do Valor Adicionado e sua validação como peça contábil obrigatória segundo a Lei 11.638/2007**. 2010. 47 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Eurípides de Marília-UNIVEM, Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2010.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a recente obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado – DVA – dada pela Lei 11.638 de 2007, como demonstração financeira. Para tanto, primeiramente são abordados os conceitos de valor adicionado, tendo como base uma bibliografia atualizada com as novas interpretações em vigor, principalmente com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em seguida é abordada a sua origem, sua afinidade com a macroeconomia de Produto Nacional e suas principais aplicações no exterior. A pesquisa também analisa seus itens individualmente, bem como sua estrutura, finalidade, utilidade e obrigatoriedade, que são tópicos fundamentais para seu completo entendimento. Para atingir o objetivo proposto, é realizado um estudo de caso da empresa Sasazaki Indústria e Comércio LTDA e posto em prática a elaboração de sua DVA, bem como sua análise estrutural e de índices que tenham como base o valor adicionado.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Lei 11.638/2007. Análise da DVA.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Média do Valor Adicionado.....	40
Gráfico 2 – Indicadores de Grau da Riqueza.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo Internacional da DVA no Balanço Social.....	19
Quadro 2 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstração do Resultado do Exercício – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.....	28
Tabela 2 – Informações Complementares – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.	28
Tabela 3 – Demonstração do Valor Adicionado – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.	29
Tabela 4 – Indicadores de geração de riqueza.....	37
Tabela 5 – Indicador de Retenção da Receita.....	38
Tabela 6 – Indicadores de distribuição do valor adicionado	39
Tabela 7 – Indicadores de Grau da Riqueza	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	15
1.1 Valor Adicionado	15
1.1.1 O Valor Adicionado e a Macroeconomia	16
1.2 A Demonstração do Valor Adicionado	17
1.2.1 A Origem da Demonstração do Valor Adicionado	17
1.2.2 A DVA no exterior	18
1.3 Legislação da DVA no Brasil.....	20
1.4 Finalidade e Utilidade da DVA	20
1.5 Estrutura da DVA.....	21
1.6 Componentes da DVA.....	24
CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO DA DVA E SEUS ÍNDICES.....	25
2.1 A Demonstração do Valor Adicionado da Sasazaki.....	25
2.1.1 A Sasazaki	26
2.1.2 A Elaboração da DVA da Sasazaki	27
2.2 A Elaboração de Índices	31
2.2.1 Indicadores de geração de riqueza.....	32
2.2.1.1 Potencial do Ativo para gerar riqueza	32
2.2.1.2 Potencial dos empregados para gerar riqueza.....	32
2.2.1.3 Potencial do Patrimônio Líquido para gerar riqueza	33
2.2.2 Indicador de Retenção da Receita	33
2.2.3 Indicadores de distribuição do valor adicionado	34
2.2.4 Grau de produção de riqueza própria e Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência	35
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E RESULTADOS OBTIDOS	36
3.1 A Análise da DVA.....	36
3.1.1 Indicadores de Geração de Riqueza.....	37
3.1.2 Indicador de Retenção da Receita	38
3.1.3 Indicadores de Distribuição do Valor Adicionado	38
3.1.4 Indicadores de Distribuição do Valor Adicionado	40

3.2 Resultados obtidos.....	42
CONSIDERAÇÕES	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

A atual contabilidade, é o resultado de uma grande evolução que se iniciou com o próprio nascimento da civilização humana. Para Iudícibus (2009, P.15), “Não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens*.” Essa visão se baseia na afirmativa que o homem primitivo já praticava uma forma simples e rudimentar de contabilidade ao realizar a contagem de seus rebanhos e ao inventariar seus instrumentos e ferramentas de caça e pesca.

Com o passar das eras, o homem foi evoluindo, e contabilidade também evoluiu, buscando sempre atender às necessidades de sua época. Hoje, tem-se um cenário competitivo, onde a transparência e a responsabilidade social são itens indispensáveis para as empresas que buscam um melhor posicionamento no mercado.

Em face do desenvolvimento e crescimento das empresas como decorrência do desenvolvimento da própria sociedade, cresceram também as necessidades do homem, de modo que a contabilidade precisou estruturar-se para atender a essas exigências, ampliando seu campo de atuação, em função, principalmente, do surgimento de novas categorias de usuário (LUCA, 2009, p. 1).

A respeito desses novos aspectos, a contabilidade se amplia e cria novas ferramentas para atender às novas expectativas. Nesse sentido, surge o Balanço Social que vem sanar a necessidade de informações de cunho social por parte dos envolvidos com a empresa, sejam eles o governo, fornecedores, acionistas ou a própria sociedade onde se encontra a entidade.

Neves (2004, p. 312), diz que “As empresas têm se preocupado, [...], em evidenciar, como principal agente econômico produtor de riquezas em nossa sociedade, que seu objetivo não é simplesmente gerar lucros para seus sócios e acionistas.” Por buscar dar a sociedade mais informações sobre sua responsabilidade social e objetivar a transparência dos dados, as empresas usam o Balanço Social como ferramenta básica para a vazão desse tipo de dados.

Para que se obtenha uma padronização nas demonstrações e na contabilidade em si, a Lei 11.638 de 2007 veio a trazer modificações que viabilizam essa padronização, principalmente com os padrões internacionais. Para que o aspecto social também seja abrangido, a referida Lei, chamada também de A Nova Lei das S/As, adicionou como peça contábil obrigatória a Demonstração do Valor Adicionado.

A Demonstração do Valor Adicionado, ou simplesmente DVA, era muito utilizada como um dos componentes do Balanço Social, porém com as modificações na contabilidade brasileira, essa demonstração veio a ganhar certa independência, pois o Balanço Social ainda não tem sua obrigatoriedade exigida por lei.

A DVA mostra a geração de toda a riqueza que uma entidade produziu em determinado período, e também demonstra onde essa riqueza gerada foi distribuída entre os vários elementos que com ela tem relacionamento, direta ou indiretamente.

Os contadores agora têm uma nova demonstração a elaborar, juntamente com as demais peças contábeis tradicionais. Com base nisso, o administrador ou gestor de uma empresa pode ter mais uma base de dados para apoiar sua análise, e assim tomar decisões mais concisas e abrangentes, melhorando os resultados da empresa e, conseqüentemente, da sociedade em que está envolvida.

É baseado nessas afirmativas que esse trabalho apóia suas propostas, que é basicamente, discutir a estudar da obrigatoriedade da DVA, ou seja, salientar a sua utilidade para o gestor e até onde essa demonstração e sua análise pode vir a auxiliá-lo.

Através da análise de seus conceitos e de um estudo de caso, que visa à elaboração e análise da DVA da empresa Sasazaki Indústria e Comércio Ltda., esse trabalho busca responder os questionamentos propostos.

No primeiro capítulo, encontra-se o levantamento bibliográfico, necessário para o entendimento global do assunto abordado. Em seguida, no segundo capítulo, é dado início ao estudo de caso proposto, onde é elaborada a DVA, seus indicadores e índices. Por fim, no terceiro capítulo, é realizado a análise dos resultados obtidos, extraindo informações que podem servir como base para a tomada de decisões para o administrador da empresa, levando, assim, às considerações sobre o estudo empreendido.

Objetivos Gerais

O presente trabalho tem como objetivo geral estudar a importância da Demonstração do Valor Adicionado como peça contábil obrigatória, salientando sua utilidade para o gestor ou administrador da empresa que a elabora.

Objetivos Específicos

- Analisar o conceito de Valor Adicionado.
- Estudar a estrutura da DVA.
- Averiguar quais informações podem ser obtidas.
- Verificar a importância das informações obtidas.
- Verificar a importância da DVA no atual contexto empresarial.
- Levantar os principais indicadores e índices que utilizam o Valor Adicionado.
- Listar os possíveis benefícios que a análise da DVA pode acarretar.

Metodologia

O presente trabalho utiliza-se da Pesquisa com Caráter Exploratório, pois segundo Oliveira (1997, p.135), “os estudos exploratórios têm como objetivo a formulação de um problema para efeito de uma pesquisa mais precisa ou, ainda, para a elaboração de hipóteses”.

A Pesquisa Bibliográfica também foi utilizada, levantando assim, os principais estudos dos autores que discerniram sobre o assunto e sobre assuntos relacionados, sendo base para a verificação de conceitos e para a Elaboração de Estudo de Caso, necessário para que se atingissem os objetivos dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Este capítulo tem por objetivo abordar os conceitos de valor adicionado, verificando diversos conceitos, tendo como base uma bibliografia atualizada com as novas interpretações em vigor. Em seguida será abordada a sua origem, afinidade com a macroeconomia de Produto Nacional, suas principais aplicações no exterior e analisar seus itens individualmente, bem como sua estrutura, finalidade, utilidade e obrigatoriedade, que são tópicos fundamentais para seu completo entendimento.

1.1 Valor Adicionado

O Conceito de valor adicionado sofreu poucas modificações desde sua criação, porém essas alterações geraram certo impacto, conforme segue.

Segundo Simonsen (1975, p.83), “Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção, a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa.” Já para o CPC¹ 09 (2008, p.3), “Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros.”

Observa-se uma disparidade entre os conceitos apresentados pelos autores supracitados, onde Simonsen afirma que o valor adicionado é calculado sobre o montante da produção, em contrapartida, o CPC 09 mostra que o cálculo do valor adicionado deve levar em conta o valor da vendas. Diante dessa divergência de conceitos, este trabalho seguirá as especificações do CPC 09, pois ele foi publicado justamente para consolidar a estrutura da Demonstração desse valor adicionado, em face da vigência da nova legislação – a Lei 11.638/07 – que, dentre outros pontos, trás a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado.

Marion (2009, p.506), confirma a visão apresentada pelo CPC 09, quando afirma que “Se subtrairmos das *vendas* todas as *compras* de bens e serviços, teremos o montante de

¹ Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Fonte: Obra CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

recursos que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir em seu negócio.”

1.1.1 O Valor Adicionado e a Macroeconomia

Para entender o conceito de valor adicionado é necessário antes compreender o conceito macroeconômico de Produto Nacional. Para Rossett (1978, p.517), o Produto Nacional Bruto (PNB) define-se como sendo “a medida, em unidades monetárias, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período”

Uma questão freqüente quando esse assunto é abordado são bens e serviços intermediários consumidos durante o processo produtivo e o porquê deles não serem somados no cálculo do PNB. Caso esses bens e serviços fossem somados ocorreria um grave erro de contagem múltipla. Para um melhor entendimento segue abaixo um exemplo apresentado por Luca (2009, p.23):

Considere-se uma economia hipotética em que as únicas transações ocorridas foram às seguintes:

1. Agricultor - Transação: venda de algodão em rama para a indústria têxtil por \$ 1.000.000
2. Indústria têxtil - Transação: venda de tecido de algodão para a indústria de confecções por \$ 1.400.000
3. Indústria de confecções - Transação: venda de camisas para os consumidores finais por \$ 1.700.000

Analisando-se as operações, tem-se:

Unidade produtora	Receita de venda	Custo da matéria-prima ou transferência de bens intermediários	Valor adicionado
Agricultor (algodão)	\$ 1.000.000	\$ 0	\$ 1.000.000
Indústria (tecido)	\$ 1.400.000	\$ 1.000.000	\$ 400.000
Indústria de confecções (camisas)	\$ 1.700.000	\$ 1.400.000	\$ 300.000
PNB ou Valor Adicionado		\$ 1.700.000	

Caso seja feita a totalização das vendas, será obtido um valor de \$ 4.100.000 (\$1.000.000 + \$ 1.400.000 + \$ 1.700.000). Porém esse total apresenta o erro de múltipla contagem, pois o valor do algodão em rama é somado três vezes, considerando que o preço de venda de cada unidade de produção abrange o seu custo (LUCA, 2009, p.23).

1.2 A Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado, segundo Iudícibus et. al. (2009, P.9), “tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.” Já para Luca (2009, p. 30), “a DVA surgiu para atender as necessidades de informação dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua respectiva utilização.”

Com base nessas duas informações é possível ver que a Demonstração do Valor adicionado demonstra onde as riquezas geradas pela empresa estão aplicadas, essas informações são benéficas tanto para o auxílio na tomada de decisões, quanto na demonstração da origem e aplicação das riquezas da empresa na sociedade.

1.2.1 A Origem da Demonstração do Valor Adicionado

Para Luca (2009, p.32), “O interesse pela DVA surgiu no Reino Unido na década de 1970, ganhando popularidade após sua inclusão nos relatórios anuais de empresas alemãs, belgas, holandesas e norueguesas”

Ao discorrer sobre o tema Cunha cita o seguinte:

A DVA desenvolveu-se no Reino Unido, ganhando popularidade com a publicação do *Corporate Report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, atualmente *Accounting Standards Committee*, em agosto de 1975, o qual recomendava a elaboração da DVA, para evidenciar como os benefícios e os esforços de uma empresa eram distribuídos entre empregados, provedores de capital, Estado e reinvestimentos (CUNHA, 2002, p.17).

No começo da década de 1980, foram iniciadas nas academias de ensino brasileiras as primeiras pesquisas sobre DVA. A Revista Brasileira de Contabilidade publicou em 1981,

um trabalho sobre a Demonstração do Valor Adicionado, elaborado por Alberto Almada Rodrigues, considerado o pioneiro nas pesquisas sobre o assunto.

Os pioneiros na publicação da DVA foram: em 1991 a Telebrás; em 1992 a extinta Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC) e o Banespa; em 1993 a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN); e em 1994 a extinta empresa Mappin Lojas de Departamentos S/A, (RIBEIRO, 1998, p.26 e MARTINS, 1997, p.4 e 5)

Pode-se observar que o interesse e o estudo da DVA são relativamente novos; e a sua aplicação nas empresas também é relativamente recente.

1.2.2 A DVA no exterior

As normas do USGAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles* – não citam nenhuma norma no sentido de evidenciação ou elaboração da demonstração do valor adicionado, o FASB² e IASB³ (IAS⁴/IFRS⁵) seguem a mesma postura, pois não fazem nenhuma menção sobre a elaboração dessa demonstração.

Embora a DVA não seja uma demonstração obrigatória na Europa, empresas de alguns países europeus, liderados pelo Reino Unido, principalmente Alemanha e França, elaboram essa informação, havendo estatísticas oficiais britânicas realizadas e divulgadas sobre o valor adicionado por setor, comparando o desempenho das empresas da Inglaterra com os demais países europeus (LUCA, 2009, p. 33).

Segundo Martins (1997, apud Cunha, 2002, p. 49) “a DVA é largamente utilizada na África e na Índia e trate-se de um relatório tão relevante que sua apresentação é obrigatória para todas as empresas que queiram instalar-se naqueles territórios”

Nos EUA não há uma ampla divulgação da publicação da DVA, devido o USGAAP não constar orientação a cerca desse assunto. Para ilustrar estas informações apresenta-se o Quadro 1.

² Financial Accounting Standards Board

³ International Accounting Standards Board

⁴ International Accounting Standard

⁵ International Financial Reporting Standards

Quadro 1 – Comparativo Internacional da DVA no Balanço Social

PAÍS	SITUAÇÃO
Estados Unidos	As empresas americanas, em geral, demonstram poucas informações sociais, mas, dentre elas, destaca-se o Valor Adicionado. A maioria das publicações é voltada para os interesses dos sócios.
Grã-Bretanha	É manifestado interesse em reunir a informação econômica com a social em relatório para os investidores e assalariados, figurando elementos financeiros (contas de valor adicionado) e elementos estritamente sociais. Entretanto, não há obrigatoriedade de divulgação obrigatoriedade de divulgação
Espanha	Várias empresas divulgam o Balanço Social, entretanto não há obrigatoriedade. Destaca-se o Banco de Bilbao, aliado matéria econômica e social em seu Balanço, destacando a contabilidade social, onde divulga o valor adicionado, além de informações relativas a seu pessoal.
França	Devido ao Plano Contábil de 1982, a divulgação da DVA é obrigatória desde 1983, destacando-se o valor adicionado da empresa e valor adicionado global, envolvendo o da empresa e os das que se relacionam com ela. Ressalte-se que a Central de Balanços do Banco de França (BACEN de França) adota vários indicadores do valor Adicionado para análise do desempenho das organizações.
Portugal	Com o “Plano Oficial de Contabilidade”, de 1977, a “demonstração de resultados do exercício” traz um maior detalhamento de suas contas, permitindo obter o valor adicionado. Peças contábeis do final da década de 70 trazem, juntamente, o valor adicionado das empresas.

Fonte: Tinoco (2001, p. 126)

Como pode-se observar, a França faz o uso mais completo das informações oriundas da Demonstração de Valor Adicionado, pois para avaliar o desempenho das empresas são utilizados índices provenientes dessa demonstração.

Também consegue-se constatar que, mesmo não tendo sua obrigatoriedade em vários países, a DVA é amplamente utilizada para os mais diversos fins, sendo que cada país apresenta um enfoque diferente, como por exemplo, os EUA que tem como foco atender os interesses dos sócios.

1.3 Legislação da DVA no Brasil

Segundo Azevedo (2008, p.122), “O artigo primeiro da Lei 11.638/2007 trouxe alteração especificamente no inciso V do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976 criando a obrigatoriedade da elaboração da *“Demonstração do Valor Adicionado – DVA”* para as companhias abertas.”

Encarregada de regulamentar a implementação da Lei 11.638, em maio de 2008 a CVM emitiu a Instrução nº 469, na qual estabelece que as companhias abertas devem seguir as instruções dos seus ofícios circulares retro citados, para fim de elaboração da DVA. Em novembro de 2008, a Deliberação nº 557 da CVM, aprovou o CPC nº9, que oficializou o modelo da DVA (LUCA, 2009, p.41).

Conforme visto nos dois últimos tópicos, o Brasil tem uma posição de destaque e referência na evidenciação dessa informação socioeconômica, pois com a obrigatoriedade legislativa consolidou-se um modelo padrão para a publicação da mesma.

1.4 Finalidade e Utilidade da DVA

Segundo Azevedo (2008, p.120), “a DVA visa demonstrar: a) O quanto a entidade agrega de valor a economia da sociedade na qual esta inserida, relativamente a sua produção; e b) Como a riqueza será distribuída entre os principais componentes dessa sociedade.”

Na percepção de Conzenza (2003, p.7) “a DVA permite visualizar a realidade empresarial sob dois enfoques: a) o econômico, relativo ao valor gerado; b) o social, correspondente as rendas distribuídas.”

As visões econômicas e sociais supracitadas são oriundas da própria natureza da DVA, que consiste em trazer informações de fácil entendimento para os usuários leigos, tendo

como base para sua elaboração, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício, demonstrações estas, que exigem conhecimentos técnicos contábeis.

A DVA possibilita que a avaliação da riqueza gerada por uma entidade, bem como sua posterior distribuição entre os seus *stakeholders* (Sociedade, Fornecedores, Investidores, Acionistas, Governo e outras entidades relacionadas com a empresa) que participam de sua constituição, possa ser executada por qualquer interessado (ANDRADE, 2008, p.04)

O CPC 09 (2008, p.05), complementa esses raciocínios quando cita que “A DVA serve ainda para orientar os investidores que tenham como objetivo conhecer informações de natureza social e de produtividade.”

É válido ressaltar que as demais demonstrações, tais como a DRE e o Balanço Patrimonial, somente informam a riqueza criada sobre a óptica do proprietário. Por outro lado a DVA vem suprir o que as outras demonstrações contábeis e financeiras não evidenciam. Para que se possa visualizar melhor o diferencial da DVA, citam-se as seguintes comparações.

A necessidade de elaboração da DVA surgiu tendo em vista que:

- a) a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro, logo não identifica as demais gerações de riquezas (valores adicionados ou agregados);
- b) as demais demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor (riqueza) a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insuetos que adquire; e
- c) as demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma foram distribuídos os valores adicionados ou agregados (ou seja, não identificam de que forma foram distribuídas as riquezas criadas pela empresa) (NEVES, 2002, p.293).

1.5 Estrutura da DVA

A Lei 11.638/2007 em seu artigo 1º estabelece que a DVA indique no mínimo:

- a) O valor da riqueza gerada pela companhia; e
- b) A sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída (inciso V do *caput* do artigo 176 e artigo 188 da Lei nº 6.404/1976)

Observa-se que a Lei 11.638/2007 indica apenas o mínimo necessário para a estruturação da DVA, porém caso a entidade queira acrescentar ou detalhar um maior número de informação nada a impede de fazê-lo.

O CPC 09 diz que a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimante, da seguinte forma:

- (a) Pessoal e encargos;
- (b) Impostos, taxas e contribuições;
- (c) Juros e alugueis;
- (d) Juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos;
- (e) Lucros retidos/prejuízos do exercício.

O mencionado CPC estabelece que há três modelos de Demonstração de Valor Adicionado, sendo o Modelo I aplicável as entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços; enquanto para atividades específicas, tais como atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias) e de seguros, devem ser utilizados os Modelos específicos (II e III).

Objetivando a fácil compreensão e análise, a DVA é composta em duas partes: a primeira parte demonstra a geração da riqueza, ou seja, o valor adicionado e na segunda parte a distribuição desse valor.

As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.

Segue, a seguir, o modelo de Demonstração do Valor Adicionado para as empresas em geral, ilustrado no Quadro 2, elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicado em seu Pronunciamento Técnico CPC 09, intitulado “Demonstração do Valor Adicionado”. Somente este modelo será apresentado devido ao foco desta pesquisa (entidades mercantis - comerciais e industriais).

Quadro 2 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		
(3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

1.6 Componentes da DVA

Para a apresentação desse tópico, é importante ressaltar que a DVA se divide em duas principais partes, a primeira parte visa demonstrar a geração da riqueza da empresa, e a segunda parte demonstra a distribuição dessa riqueza nos principais componentes da sociedade na qual está instalada.

A primeira parte principal se subdivide em duas etapas, sendo a primeira referente às receitas, onde são elencadas as principais entradas de recursos e também as contas redutoras de receita. A segunda lista os insumos adquiridos de terceiros, que são os valores que compõem os custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos; os materiais, energia, serviços de terceiros; as perdas/recuperação de valores ativos; e outros valores relacionados a especificar.

A segunda parte principal, referente à distribuição do valor adicionado, também se subdivide em favor de melhor clareza e organização. As divisões são referentes ao destino da riqueza distribuída, os campos principais são: pessoal, que se divide em remuneração direta, benefícios e FGTS; impostos taxas e contribuições, que é organizado em federais, estaduais e municipais; remuneração de capitais de terceiros, que são elencados em juros, aluguéis e outras formas de remuneração; e por fim tem-se a remuneração de capitais próprios, divididos em juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos/prejuízo do exercício e participação dos não controladores nos lucros retidos, este último tem efeito somente para a consolidação.

Um correto entendimento dos conceitos dos componentes da DVA é essencial para que a mesma seja elaborada de forma correta e direta, pois alguns conceitos são diferentes do que são usualmente interpretados. Essa elaboração é vista no capítulo seguinte, tendo como base a aplicação um estudo de caso (CPC 09, 2008).

CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO DA DVA E SEUS ÍNDICES

Este capítulo tem por objetivo consolidar os conceitos anteriormente estudados, colocando em prática sua elaboração, análise estrutural e a utilização de índices de desempenho que tenham como base o valor adicionado. Esses conhecimentos serão aplicados na forma de estudo de caso da empresa Sasazaki Indústria e Comércio Ltda.

2.1 A Demonstração do Valor Adicionado da Sasazaki

Ao elaborar uma demonstração contábil, certas regras e padrões devem ser observados para que se tenha clareza, objetividade e compreensividade. Esses aspectos são abordados no Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A DVA está inclusa nas demonstrações que o referido CPC abrange.

Para Luca (2009, p.44) “A elaboração da DVA envolve o entendimento dos conceitos pertinentes ao seu conteúdo. As informações são encontradas nos controles contábeis.” Entende-se como controles contábeis para fins de elaboração da DVA, a Demonstração do Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial e Livro Razão.

Azevedo (2008, p.139) explica que “As informações devem ser extraídas da contabilidade e os valores informados devem ter como base o princípio contábil da competência.” Tal regime é tido como padrão utilizado nas demonstrações contábeis necessárias para a elaboração da DVA.

Os dados utilizados na elaboração da DRE são praticamente os mesmos usados na elaboração da DVA, sendo necessárias certas informações complementares, dependendo do nível de detalhamento da DRE. O CPC 26 explica, a respeito das demonstrações contábeis, incluindo a DVA, que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados (CPC 26, 2009, p. 6).

Com base nos pronunciamentos técnicos que envolvem a DVA e nos conceitos estudados nos capítulos anteriores, foi possível desenvolver sua elaboração, tal como segue.

2.1.1 A Sasazaki

As seguintes informações foram extraídas do site da empresa estudada neste trabalho, sua reprodução nesse trabalho foi autorizada pelo departamento de marketing da mesma, que mostra uma postura positiva em relação a este trabalho e aos resultados alcançados.

Essas informações expõem, de forma sucinta, seu histórico e perfil, que são necessários para a compreensão, num aspecto global, de seu posicionamento empresarial e dos dados apresentados.

Fundada em 1943, a Sasazaki é reconhecida pela liderança e qualidade de suas portas e janelas de aço e de alumínio e está entre as maiores e melhores indústrias do setor na América Latina.

Desde o princípio, a Sasazaki fundamentou sua estratégia de crescimento na qualidade de seus produtos, no relacionamento e respeito com seus clientes e fornecedores, e na credibilidade de sua marca. Ao longo de sua história, diversificou suas atividades. A partir de 1975, passou a atuar no segmento de construção civil, a princípio na fabricação de janelas e portas de aço. No ano 2000, ampliou seu mercado de atuação e ingressou no segmento de portas e janelas de alumínio.

Com altos investimentos em tecnologia, e fiel à sua postura de buscar soluções em processos e materiais, a Sasazaki apresenta produtos que visam suprir as necessidades de um mercado que se revigora e exige produtos tecnologicamente mais aperfeiçoados. Está entre as empresas que mais lançaram inovações na última década e foi a primeira indústria do setor de esquadrias metálicas a obter a certificação NBR ISO 9001, pelo seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Atualmente, a Sasazaki possui um parque industrial com tecnologia própria, instalado em 73 mil m² de área construída, localizado em Marília/SP. Os produtos são revendidos por cerca de 5.000 pontos-de-venda, distribuídos em todo o Brasil e, anualmente, a

empresa passa a fazer parte de mais de 200.000 edificações residenciais, comerciais e industriais.

A preferência e o reconhecimento técnico do nível de excelência dos seus processos industriais e produtos de aço e de alumínio são confirmados por arquitetos, engenheiros, construtores, lojistas e consumidores em todas as pesquisas realizadas pelo setor de construção.

O conjunto de ações mercadológicas, a força da marca consagrada e as iniciativas, visando avanços tecnológicos, controle de qualidade, aperfeiçoamento constante da oferta de serviços e valorização profissional, são fatores que contribuem para que a Sasazaki alcance índices de crescimento ainda maiores nos próximos anos (SASAZAKI, 2009).

2.1.2 A Elaboração da DVA da Sasazaki

Para o estudo de caso desse trabalho, é elaborada a DVA do exercício do ano de 2009 da empresa. A Demonstração do Resultado do Exercício do período estudado é uma das bases para a elaboração da DVA, seus dados foram validados por auditores independentes.

Segundo o NBC T 11:

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica (NBC T 11, 1997).

É válido ressaltar a importância de uma auditoria externa, que vem, através de seus trabalhos, que são regulados pelas Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis – NBC T, validar as informações prestadas pelas empresas.

A seguir, a Tabela 1 mostra a DRE do período estudado, que é uma das bases para a elaboração da DVA (tabela 3), apresentada em seguida, tal como os procedimentos para sua apresentação.

Tabela 1 - Demonstração do Resultado do Exercício – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.

Demonstração do Resultado do Exercício	2009
RECEITA BRUTA	R\$ 204.592.757,17
(-) DEDUÇÕES	(R\$ 50.601.261,45)
(-)Devoluções/cancelamento de vendas	(R\$ 635.148,21)
(-)COFINS sobre vendas	(R\$ 15.442.679,57)
(-)ICMS sobre vendas	(R\$ 31.135.625,58)
(-)IPI sobre vendas	(R\$ 35.121,12)
(-)ISS sobre serviços	R\$ 0,00
(-)PIS sobre vendas	(R\$ 3.352.686,97)
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 153.991.495,72
(-)Custos das vendas	(R\$ 101.887.837,03)
LUCRO BRUTO	R\$ 52.103.658,69
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(R\$ 43.930.161,37)
(-)Despesas comerciais	(R\$ 33.700.593,65)
(-)Despesas administrativas	(R\$ 7.158.710,90)
(-)Despesas de diretoria	(R\$ 757.667,50)
(-)Despesas financeiras	(R\$ 615.608,09)
(-)Juros sobre capital próprio	(R\$ 3.800.000,00)
(-)Receitas financeiras	R\$ 1.297.205,90
(-)Outras Receitas operacionais	R\$ 741.220,20
(-)Resultado na venda/baixa imobilizado	R\$ 63.992,67
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 8.173.497,32
(-)Participações dos empregados no lucro	(R\$ 838.144,81)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CS	R\$ 7.335.352,51
Provisão para imposto de renda	R\$ 189.530,39
Provisão para contribuição social	R\$ 20.376,13
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$ 7.545.259,03
Reversão de juros s/capital próprio	R\$ 3.800.000,00
LUCRO APÓS REVERSÃO JUROS S/CAPITAL	R\$ 11.345.259,03

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 2 -Informações Complementares – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.

Informações Complementares	2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão	439.105,30
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	64.422.918,51
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	25.569.790,73
Perda / Recuperação de valores ativos	27.059,25
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.967.225,62
Remuneração direta	30.657.805,74
Benefícios	4.287.743,92
F.G.T.S	2.158.545,64
Impostos federais	26.352.686,51
Impostos estaduais	31.256.284,93

Informações Complementares (continuação)	2009
Impostos municipais	5.319,16
Aluguéis	3.014.964,54
Outras despesas	993.829,26

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 3 - Demonstração do Valor Adicionado – Sasazaki Indústria e Com. Ltda.

Demonstração do Valor Adicionado	2009
1 – RECEITAS	R\$ 203.582.496,33
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	R\$ 203.957.608,96
1.2) Outras receitas	R\$ 63.992,67
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão	(R\$ 439.105,30)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(R\$ 89.965.649,99)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços	(R\$ 64.422.918,51)
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(R\$ 25.569.790,73)
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	R\$ 27.059,25
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	R\$ 113.616.846,34
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(R\$ 4.967.225,62)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	R\$ 108.649.620,72
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$ 2.038.426,10
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	R\$ 0,00
6.2) Receitas financeiras	R\$ 1.297.205,90
6.3) Outras	R\$ 741.220,20
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	R\$ 110.688.046,82
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ 110.688.046,82
8.1) Pessoal	R\$ 37.104.095,30
8.1.1 – Remuneração direta	R\$ 30.657.805,74
8.1.2 – Benefícios	R\$ 4.287.743,92
8.1.3 – F.G.T.S	R\$ 2.158.545,64
8.2) Impostos, taxas e contribuições	R\$ 57.614.290,60
8.2.1 – Federais	R\$ 26.352.686,51
8.2.2 – Estaduais	R\$ 31.256.284,93
8.2.3 – Municipais	R\$ 5.319,16
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	R\$ 4.008.793,80
8.3.1 – Juros	R\$ 615.608,09
8.3.2 – Aluguéis	R\$ 3.014.964,54
8.3.3 – Outras	R\$ 993.829,26
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	R\$ 11.345.259,03
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	R\$ 3.800.000,00
8.4.2 – Dividendos	R\$ 0,00
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	R\$ 7.545.259,03
8.4.4 – Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	R\$ 0,00

Fonte: Dados da Pesquisa

O item 1.1 inclui a receita bruta subtraída das devoluções e abatimentos sucedidos. O item seguinte, outras receitas (1.2), refere-se ao resultado na venda de ativo imobilizado. O item 1.3 relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou sua origem na referente despesa, classificada no grupo de despesas com vendas.

O grupo 2, insumos adquiridos de terceiros, foi composto pelos valores relativos ao consumo de matéria-prima, elencado no custo do produto vendido (informações complementares), adicionado do valor dos impostos sobre a compra desses itens. O item 2.2, corresponde a materiais, energia, serviços de terceiros e outros, foi composto pelos valores relativos aos insumos em geral, energia, serviços de propaganda, pelas comissões de vendas e pelas informações adicionais referentes aos impostos incidentes sobre as compras de insumos de energia.

O item 4 (quatro) mostra a depreciação, amortização e exaustão ocorridas durante o período, distribuídas entre os custos de produção e as despesas administrativas. Nesse momento foi elencado o montante do Valor Adicionado líquido produzido pelas atividades próprias da empresa.

Correspondendo ao valor das receitas financeiras provenientes de aplicações financeiras e de outras receitas operacionais, surgiram os valores adicionados recebidos em transferência de terceiros, conforme mostra a DRE.

Por fim, atingiu-se o Valor Adicionado total a distribuir, que, como não poderia ser diferente, é igual ao Valor Adicionado total distribuído.

Para o preenchimento do item 8.1, referente ao pessoal e encargos, foi feita a composição dos valores correspondentes a mão de obra e encargos incluídos no custo do produto vendido, salários e encargos do grupo de despesas administrativas e participação dos administradores no resultado.

O item 8.2, impostos, taxas e contribuições, é referente à soma do valor dos impostos sobre vendas, líquidos dos incidentes sobre as aquisições, INSS e dos outros tributos sobre o lucro líquido – imposto de renda e contribuição social. O resultado da soma é mostrado nas informações complementares.

A Remuneração de capitais de terceiros (item 8.3) foi elaborado com os valores levantados no detalhamento mostrado nas informações complementares de juros, aluguéis e outras remunerações.

O item 8.4 abrange os juros sobre capital próprio, dividendos e lucros retidos. Todos esses valores correspondem ao seu campo na DRE, pois, tal como os outros campos que são extraídos dessa demonstração, tem o mesmo conceito utilizado na DVA.

Ao finalizar o preenchimento de uma DVA, Luca diz que:

Com pode ser observado, na essência, todas as informações vieram da contabilidade, sendo que a maioria delas encontrava-se inserida na DRE. O conteúdo das duas demonstrações é praticamente o mesmo, porém disposto de formas diferentes. Isso ocorre em função da finalidade que tais demonstrações se propõem cumprir – informar aos acionistas e à sociedade (LUCA, 2009, p. 52).

À medida que a DRE é mais detalhada, abrindo mais campos para informações, as informações complementares diminuem, porém, alguns ajustes, tal como os impostos, devem ser feitos, fazendo assim, sempre necessárias os dados complementares.

2.2 A Elaboração de Índices

Iudícibus (1998, p. 20-21), cita que a análise das peças contábeis é a “arte de saber extrair relações úteis para o objetivo econômico que tivermos em mente”. Para Neves (2002, p.437), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”.

A obtenção da posição econômica e financeira de uma determinada empresa é viabilizada através da análise de suas demonstrações contábeis, pois segundo os autores acima, é possível extrair relações úteis através das informações preparadas especificamente para esse fim.

Com a Demonstração do Valor Adicionado não é diferente, pois certos índices, devidamente preparados, possibilitam que se abra um leque de informações novas que ampliam a capacidade de análise. Matarazzo (1998, p. 153) define que, “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Para o presente estudo de caso, foram levantados os principais índices relativos à riqueza das entidades, tal como os indicadores de geração e de distribuição dessa riqueza. Esses índices buscam elevar a capacidade informativa da DVA, pois visam demonstrar, de forma mais analítica, os dados e informações exibidos pela mesma. Nos próximos

subcapítulos, os índices apresentados baseiam-se na obra de Luca (2009), Neves (2004), Marion (2005) e Iudícibus (2009), todos estes tem o mesmo consenso sobre esses índices.

É importante frisar que, apesar de alguns autores citados acima terem sua bibliografia com data anterior à obrigatoriedade da DVA, os índices e sua estrutura não apresentaram alterações devido este fato, ou seja, a regulamentação por Lei.

2.2.1 Indicadores de geração de riqueza

Luca (2009, p. 132) explica que “os indicadores de geração de riqueza fornecem informações sobre a capacidade da empresa para criar riqueza. O intuito é avaliar quanto cada item analisado contribuiu na geração dessa riqueza”

Para que se obtenham os dados necessários para a elaboração desses índices, é preciso que o Balanço Patrimonial esteja em mãos, além de mais algumas informações complementares, dependendo do foco dos índices estudados.

2.2.1.1 Potencial do Ativo para gerar riqueza

Esse índice tem a capacidade de informar o quanto cada real investido no Ativo contribuiu na criação do Valor Adicionado distribuído, mostrando assim, a capacidade do Ativo Total da empresa na geração de riquezas.

Fórmula:

$$\text{PAGR} = \text{Valor Adicionado} \div \text{Ativo Total}$$

Aplicação:

$$\text{PAGR} = 110.688.046,82 \div 102.318.186,62$$

$$\text{PAGR} = 1,08$$

Cada R\$ 1,00 investido no Ativo contribuiu com R\$ 1,08 de valor adicionado gerado a ser distribuído.

2.2.1.2 Potencial dos empregados para gerar riqueza

Por estarem envolvidos no processo de geração de riqueza das empresas, os empregados são fundamentais na análise do valor adicionado. Esse índice mostra quanto cada

funcionário contribuiu, em média, para a geração do valor adicionado da empresa. A quantidade de empregados é média devido ao fluxo de contratações e demissões.

Fórmula:

$$\text{PEGR} = \text{Valor Adicionado} \div \text{Número médio de empregados}$$

Aplicação:

$$\text{PEGR} = 110.688.046,82 \div 1.250$$

$$\text{PEGR} = 88.550,44$$

Cada empregado representa uma contribuição para a criação da riqueza no valor de R\$ 88.550,44 em todo o período estudado.

2.2.1.3 Potencial do Patrimônio Líquido para gerar riqueza

O Patrimônio Líquido é fator determinante nas empresas, pois representa o capital dos sócios como financiador principal dos investimentos. Esse índice mostra quanto cada real investido de capital próprio contribuiu para a geração da riqueza distribuída.

Fórmula:

$$\text{PPLGR} = \text{Valor Adicionado} \div \text{Patrimônio Líquido}$$

Aplicação:

$$\text{PPLGR} = 110.688.046,82 \div 69.937.217,13$$

$$\text{PPLGR} = 1,58$$

Cada R\$ 1,00 investido no Patrimônio Líquido contribuiu com R\$ 1,58 de valor adicionado gerado distribuído.

2.2.2 Indicador de Retenção da Receita

Receita representa o resultado das vendas de mercadorias produtos e serviços, incluso, no caso da DVA, os valores dos tributos incidentes sobre essas entradas. É importante analisar o quanto dessa Receita permanece na empresa, tal como Marion (2005, p. 252) explica: “Esse percentual mostra quanto fica dentro da empresa, acrescentando valor ou benefício para funcionários, acionistas, governos, financiadores e lucro retido”.

Fórmula:

$$\text{RR} = (\text{Valor Adicionado} \div \text{Receita Total}) \times 100$$

Aplicação:

$$\text{PPLGR} = (110.688.046,82 \div 204.592.757,17) \times 100$$

$$\text{PPLGR} = 54,10\%$$

2.2.3 Indicadores de distribuição do valor adicionado

Marion (2005, p. 253), explica que “esses índices são relacionados à distribuição da riqueza gerada na organização.” Idéia também compartilhada por Luca (2009, p. 133): “Os indicadores de distribuição de riqueza evidenciam como e a quem a empresa está destinando a riqueza criada.”

Fórmulas:

$$\text{Pessoal} = (\text{Pessoal} \div \text{Valor Adicionado}) \times 100$$

$$\text{Impostos} = (\text{Impostos} \div \text{Valor Adicionado}) \times 100$$

$$\text{Remuneração de capitais de terceiros} = (\text{RCT} \div \text{Valor Adicionado}) \times 100$$

$$\text{Remuneração de capitais de próprios} = (\text{RCP} \div \text{Valor Adicionado}) \times 100$$

Aplicações:

$$\text{Pessoal} = (37.104.095,30 \div 110.688.046,82) \times 100$$

$$\text{Pessoal} = 33,59\%$$

$$\text{Impostos} = (57.614.290,60 \div 110.688.046,82) \times 100$$

$$\text{Impostos} = 52,05\%$$

$$\text{Remuneração de capitais de terceiros} = (4.008.793,80 \div 110.688.046,82) \times 100$$

$$\text{Remuneração de capitais de terceiros} = 3,62\%$$

$$\text{Remuneração de capitais próprios} = (11.345.259,03 \div 110.688.046,82) \times 100$$

$$\text{Remuneração de capitais próprios} = 10,81\%$$

Esses índices mostram o destino do valor adicionado. O primeiro índice evidencia o valor destinado à força de trabalho, porém esse indicador pode ser influenciado por variáveis, tal como a terceirização de empregados.

O segundo índice, Impostos, mostra a contribuição destinada à sociedade por meio do pagamento de impostos das três esferas do governo (municipal, estadual e federal).

Já o terceiro indicador demonstra a parcela do valor adicionado que foi destinada aos financiadores, sob a forma de aluguéis, juros e outras formas de remuneração do capital de terceiros.

Por fim, o quarto índice mostra a porcentagem da riqueza que foi distribuída em forma de juros sobre o capital próprio, dividendos e lucros retidos; que são os componentes da remuneração de capitais próprios.

2.2.4 Grau de produção de riqueza própria e Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência

Diversas são as fontes de obtenção de receita de uma empresa, e a análise dessas fontes é um fator importante para uma avaliação de uma entidade. O índice de grau de produção de riqueza própria mostra o quanto do valor adicionado da empresa é originado de sua produção própria.

Fórmula:

$$\text{GPRP} = (\text{Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade} \div \text{Valor Adicionado}) \times 100$$

Aplicação:

$$\text{GPRP} = (108.649.620,72 \div 110.688.046,82) \times 100$$

$$\text{GPRP} = 98,16\%$$

A diferença entre o Valor Adicionado e o Valor Líquido Produzido pela Entidade representa outro índice, o chamado Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência (GRRT), que representa o valor adicionado recebido em transferência através das receitas financeiras e da venda de ativo imobilizado, por exemplo.

Com a DVA devidamente elaborada e seus índices apresentados, sua análise se torna possível. Apesar dos dados levantados serem precisos, a análise em si não é totalmente padronizada, tal como explica Iudícibus (2009, p. 6), ao dizer que é necessário “estarmos atentos ao fato de que a Análises de Balanços é uma arte, pois não existe um roteiro padronizado que leve sempre às mesmas conclusões, dentro das mesmas circunstâncias.” A análise e as conclusões obtidas são apresentadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E RESULTADOS OBTIDOS

Dando continuidade ao processo de verificação e validação da utilidade da Demonstração do Valor Adicionado após o início de sua obrigatoriedade, este capítulo objetiva analisar os resultados obtidos, buscando extrair informações que podem servir como base para a tomada de decisões para o administrador da empresa e concluir sobre o estudo da DVA como peça contábil obrigatória.

O foco das análises realizadas é o ponto de vista do administrador da empresa, pois quanto mais informação tiver em mãos para o processo de tomada de decisão, melhores serão os resultados da empresa, gerando assim, melhores resultados para a sociedade na qual está inserida.

3.1 A Análise da DVA

Para que se obtenha uma análise ampla, incluindo aí a análise horizontal através de índices próprios e verificação de tendências, é necessário que sejam disponíveis mais de um período da DVA. Por esse motivo, foi elaborada, também, a DVA dos períodos de 2006 a 2008, bem como seus índices apresentados no capítulo anterior, seguindo o mesmo modelo de elaboração do período de 2009.

Esses resultados são a base para que se possam obter conclusões sobre a situação da empresa. Na prática, essa análise é apresentada ao administrador que, munido com esses dados e interpretações, pode tomar decisões de maneira mais ampla e segura. Iudícibus (2009, p. 4) afirma que “Para a gerência, a análise de balanços faz mais sentido quando, além de sua função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, também serve como “painel de controle” da administração”.

A seguir são apresentadas as interpretações dos índices estudados.

3.1.1 Indicadores de Geração de Riqueza

Ao analisar individualmente os indicadores de geração de riqueza, é observado que o índice que mostra o potencial do ativo para a geração de riqueza se mantém num ótimo patamar, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Indicadores de geração de riqueza

Indicadores de geração de riqueza				
Indicadores	2006	2007	2008	2009
Potencial do Ativo para gerar riqueza	R\$ 1,18	R\$ 1,16	R\$ 1,13	R\$ 1,08
Potencial dos empregados para gerar riqueza	R\$ 69.812,31	R\$ 77.350,24	R\$ 82.526,52	R\$ 88.550,44
Potencial do Patrimônio Líquido para gerar riqueza	R\$ 1,92	R\$ 1,88	R\$ 1,65	R\$ 1,58

Fonte: Dados da Pesquisa

Porém a análise horizontal revela uma queda contínua desse indicador, o que possibilita afirmar que a tendência à queda irá se acentuar nos próximos anos, tal como já vem ocorrendo. Marion (2005, p. 252), diz que “O ideal é que esse índice cresça ao longo dos anos”.

Algumas medidas podem ser sugeridas para que se reverta esse quadro, tal como a troca de ativos fixos antigos por novos, com maior capacidade de produção, verificar o retorno dos investimentos, reavaliar a provisão para devedores duvidosos e a verificação individual dos demais componentes do ativo da empresa.

Já o indicador de potencial dos empregados para a geração de riqueza, quando analisado individualmente, mostra uma contribuição que pode ser considerada satisfatória, levando em consideração o valor adicionado gerado em cada período. Marion (2005, p. 253), explica que “De certa forma, é um indicador de produtividade que informa a participação de cada empregado na riqueza gerada na organização”.

A análise horizontal revela um crescimento proporcional ao aumento do valor adicionado criado. A tendência revela a continuidade desse aumento, porém em menor escala.

Por fim, o indicador de potencial do patrimônio líquido para gerar riqueza segue os mesmos padrões observados no indicador de potencial do ativo em gerar riqueza. Apesar de mostrar uma queda de potencial, individualmente esse índice confirma a contribuição dos

acionistas, no quesito de geração de riqueza. Porém uma análise mais detalhada das variações do PL se faz necessária para a verificação da queda do potencial.

3.1.2 Indicador de Retenção da Receita

Marion (2005, p. 252), explica que “Da Receita Total, parte é comprometida com terceiros (matéria-prima, embalagem, serviços...), ou seja, transferidas para outras empresas que não agregam valor para a empresa em análise.” Diante desse conceito, a Sasazaki apresenta o seguinte resultado através da tabela 5.

Tabela 5 – Indicador de Retenção da Receita

Indicador de Retenção da Receita				
Indicador	2006	2007	2008	2009
Retenção da Receita	53,78%	53,31%	50,62%	54,10%

Fonte: Dados da Pesquisa

A retenção da receita não apresenta grande variação no período, com exceção de 2008, onde esse indicador atingiu 50,62% da receita total que ficou retida na empresa e que foi acrescentada no valor ou benefício para os *stakeholders*. Em 2009, houve um aumento desse índice, mostrando que a empresa conseguiu recuperar, em parte, a queda do período anterior.

3.1.3 Indicadores de Distribuição do Valor Adicionado

Os resultados obtidos com a elaboração dos indicadores de distribuição do valor adicionado são apresentados a seguir, pela tabela 6.

Tabela 6 – Indicadores de distribuição do valor adicionado

Indicadores de distribuição do valor adicionado				
Indicadores	2006	2007	2008	2009
Pessoal	33,42%	31,42%	36,00%	33,52%
Impostos	55,15%	55,03%	46,07%	52,05%
Remuneração de capitais de terceiros – RCT	4,52%	4,08%	3,75%	3,62%
Remuneração de capitais de próprios – RCP	6,91%	9,47%	14,17%	10,81%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

O item Impostos recebe a maior parte do valor adicionado, em todos os períodos, seguido pelo item Pessoal, Remuneração de capitais próprios e Remuneração de capitais de terceiros, respectivamente.

Essa distribuição revela o perfil das empresas, e no caso da Sasazaki, mostra o impacto social que ela exerce na sociedade, através do pagamento dos impostos e dos salários e benefícios, que somam, numa média global dos períodos, mais de 85% do montante da riqueza criada e distribuída.

O item Pessoal mostra uma oscilação no decorrer dos períodos, porém finaliza na casa dos 33%, tal como se iniciou, apresentando uma média do período estudado de 33,59%.

O item Impostos teve uma média de 52,08%. Ele se mantém estável nos dois primeiros períodos, cai cerca de 9% em 2008, mas em seguida tem um aumento de quase 8%, se aproximando do patamar de 2006 e 2007.

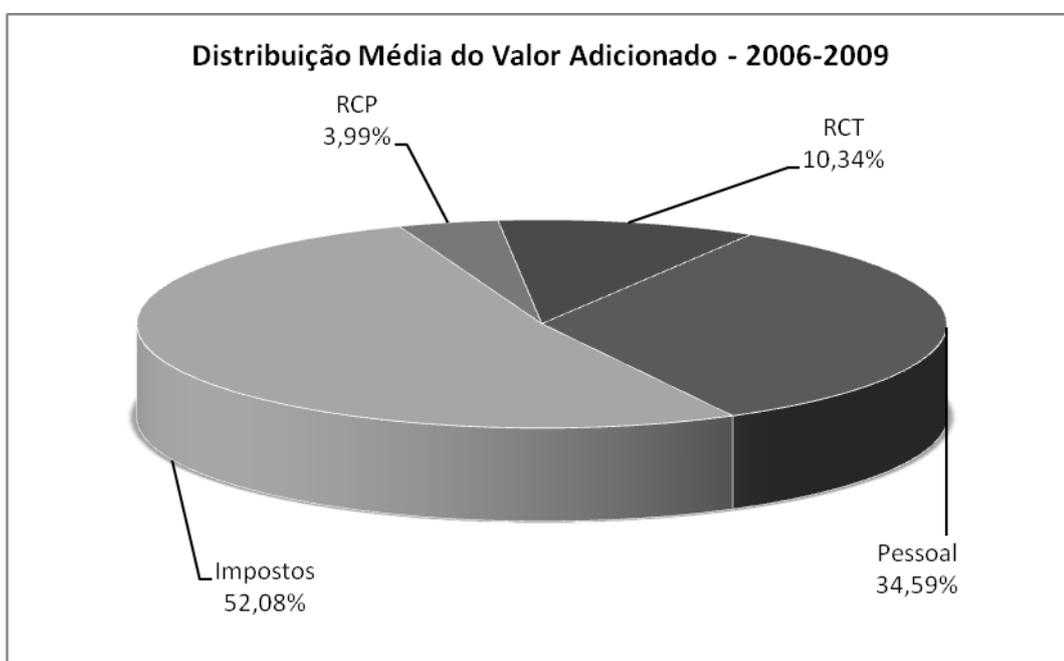
A porcentagem referente aos impostos também sofre oscilação semelhante ao item Pessoal, sendo os dois primeiros períodos recebendo quase o mesmo montante, seguido por uma queda e por uma recuperação, respectivamente. Luca (2009, p. 134), explica que “esse indicador destaca o quanto a empresa participa na realização de obras, manutenção de atividades sociais e outros, que são realizados com a arrecadação fiscal.”

Houve uma queda contínua no item Remuneração de capitais de terceiros, mostrando assim a diminuição de distribuição de aluguéis e de outros itens que compõem esse grupo. A média do período abordado é de 3,99%, tendo seu pico em 2006, com 4,52% e sua maior baixa em 2009, que apresentou somente 3,62% do total distribuído.

Já a Remuneração de capitais próprios teve um aumento nos três primeiros períodos, saindo de 6,91% e alcançando 14,17% em 2008, porém, apresentou uma queda em 2009, o que fez retornar para próximo ao patamar do período de 2007.

Para que um gestor tenha uma clara visão da distribuição da riqueza, gráficos podem ser elaborados. Esse tipo de apresentação torna a análise relativamente mais fácil de compreender. Para ilustrar esse aspecto, é apresentado a seguir o Gráfico 1, com a média de distribuição do valor adicionado dos períodos estudados.

Gráfico 1 – Distribuição Média do Valor Adicionado



Fonte: Dados da Pesquisa

3.1.4 Indicadores de Distribuição do Valor Adicionado

Ao elaborar os indicadores de grau da riqueza, obtem-se os seguintes resultados, representados na tabela 7.

Tabela 7 – Indicadores de Grau da Riqueza

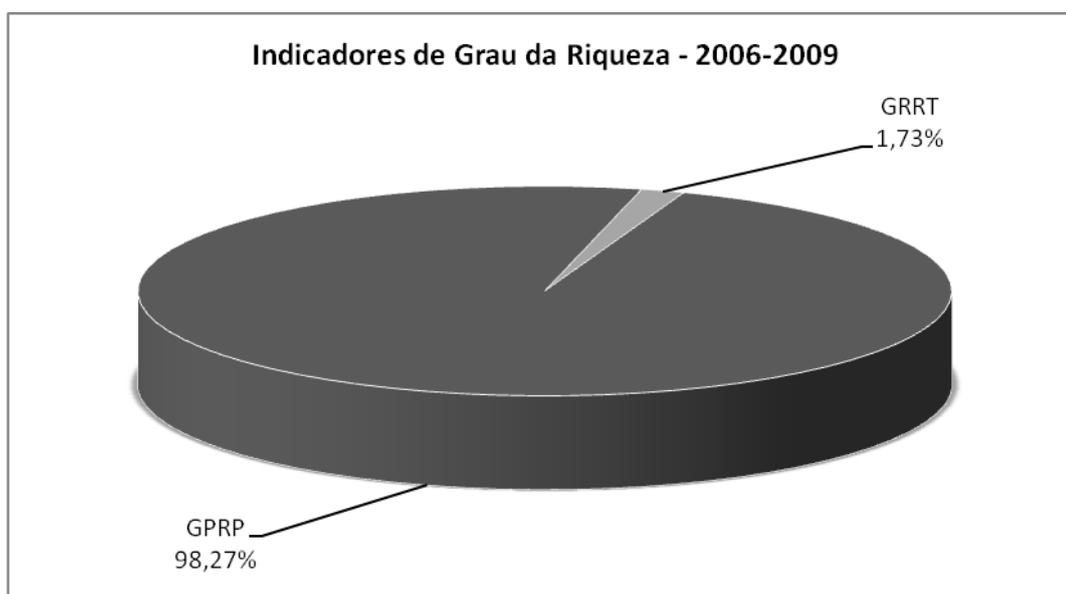
Indicadores de Grau da Riqueza				
Indicadores	2006	2007	2008	2009
Grau de Produção de Riqueza Própria – GPRP	99,33%	97,81%	97,78%	98,16%
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência – GRRT	0,67%	2,19%	2,22%	1,84%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados dos indicadores do GPRP mostram a alta autonomia da Sasazaki na produção de riqueza, sendo 2006 o maior resultado e 2008 o menor. Essa oscilação tem um reflexo inversamente proporcional no Grau de recebimento de riqueza por transferência. Apesar da grande alteração nos períodos de 2007 e 2008, comparando-os ao período de 2006, em 2009 esses indicadores foram em desencontro com a tendência que poderia ser esperada em 2008 para o período seguinte, ou seja, uma resultado próxima a 2,20%.

Tal como apresentado no tópico referente aos indicadores de distribuição de valor adicionado, uma análise com o auxílio de gráficos torna a sua compreensão relativamente mais fácil. Para tanto, segue o gráfico 2 para a apreciação dos resultados, tendo como base a média do período estudado.

Gráfico 2 – Indicadores de Grau da Riqueza



Fonte: Dados da Pesquisa

3.2 Resultados obtidos

A elaboração da Demonstração do Valor Adicionado por si só, já é um fato que contribui claramente para a expansão do campo de análise da situação da empresa, sobre várias óticas, apesar de esse trabalho ter focado a geração de informações que sejam úteis para o administrador da empresa.

Sua capacidade informativa, diferente das demais demonstrações financeiras, tal como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, evidencia com facilidade a geração de toda a riqueza criada pela empresa e também a sua distribuição.

Com o objetivo de validar sua usualidade como peça contábil obrigatória, tal como estipula a Lei 11.638 de 2007, foi apresentado à elaboração de índices que revelassem mais informações que pudessem ser úteis para o administrador ou gestor da empresa.

Ao término da elaboração desses índices, e com os resultados em mãos, seguiu-se para a análise dos resultados, que confirmaram a capacidade informativa inovadora da DVA, pois através dos dados analisados, foram constatadas novas formas de avaliação da empresa, possibilitando uma ampliação das informações que podem ser apresentadas para os gestores no momento de tomada de decisões.

Um aspecto importante dos índices levantados é o fato de eles também desempenharem o papel de “apontadores” de possíveis problemas.

Um exemplo que pode ser usado é a análise do índice que mostra o potencial do ativo para a geração de riqueza. Apesar de individualmente esse indicador se mostrar como positivo e aceitável, a observação dos períodos mostra uma queda desse índice. Essa queda alerta o gestor para possíveis problemas nos ativos da empresa, o que faz necessário uma verificação nos mesmos.

Por serem vários os pontos positivos extraídos da elaboração e análise da DVA, tal como exposto acima, sua obrigatoriedade se faz válida e atinge o objetivo principal desse trabalho, que é o de validar sua recente obrigatoriedade como demonstração financeira para as sociedades regidas pela Lei 6.404 de 1976, e posteriormente modificada pela Lei 11.638 de 2007.

CONSIDERAÇÕES

Os conceitos de Responsabilidade Social e de Transparência Empresarial vão de encontro com as novas expectativas da sociedade a respeito do papel desempenhado pelas empresas. Esses conceitos, alinhados com a globalização, são traduzidos também na contabilidade na forma de novas regras e padrões contábeis.

Como consequência dessa convergência, surgiu a Lei 11.638/2007, que modificou certos aspectos da contabilidade no Brasil. Uma das novidades acarretadas por essa lei, é a obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

Através dessa demonstração, um novo leque de informações foi aberto, informações estas que são concernentes com os aspectos de Responsabilidade Social e Transparência Empresarial. Porém é válido estudar os benefícios que essa peça contábil pode trazer também para o gestor no momento da tomada de decisões, já que a sociedade pode facilmente se beneficiar com as informações fornecidas pela DVA.

Para que esses benefícios sejam válidos, não basta somente a elaboração da DVA, fato este que é novidade para muitos contadores, é necessário também um estudo profundo de seus conceitos e da análise de índices e indicadores que podem ser elaborados através dessa demonstração.

O levantamento bibliográfico e a pesquisa realizada nos primeiros capítulos forneceram dados e informações sobre a DVA, dentre essas informações foram mostrados os objetivos que a DVA se propunha a alcançar, bem como os benefícios de sua elaboração; essas informações foram o “norte” para a nossa pesquisa.

Assim sendo, para responder os questionamentos propostos, foi efetuado um estudo de caso, que consistiu na elaboração da DVA da empresa Sasazaki Indústria e Comércio Ltda., também realizando aplicação de índices e indicadores que visam dar informações que giram em torno do conceito de Valor Adicionado, e por fim, busca-se interpretar os dados e resultados, tal como faz um contador que prepara os resultados para que sejam entregues aos tomadores de decisões.

Através dessas atividades pode-se concluir que a DVA, tal como é hoje, segundo o estipulado pela Lei 11.638/2007 e pelos CPCs que a regulam, principalmente o CPC 09, atinge os objetivos a que se propunha e que foram citados pelos autores estudados. O estudo de caso confirmou sua eficácia e utilidade para que seja uma ferramenta básica que demonstra, sob uma nova perspectiva, a situação da empresa.

Essa visão, quando traduzida sob a forma de índices e indicadores, dá ao administrador um leque de informações importantes para a tomada de decisão a respeito da geração das riquezas da empresa. Nesse aspecto, várias questões vitais podem ser respondidas, como por exemplo, quais são as origens da riqueza da empresa, qual a participação de cada fonte, onde a riqueza está sendo distribuída, onde é o foco de vazão do valor adicionado criado, o quanto fica na empresa, o quanto o ativo é responsável pela geração desse valor, bem como o PL da empresa, etc.

Para um gestor que consiga incorporar essas informações em seu processo decisório, a empresa pode ganhar em vários aspectos, que vão depender de como esse administrador irá dirigir a empresa, tendo agora, mais informações. É certo afirmar que entre uma empresa que elabore e estude a DVA e uma concorrente semelhante que não o faz, a empresa elaboradora tem muito mais capacidade de tirar vantagens estratégicas e assim alcançar melhores resultados, tanto para a própria empresa em si, como para a sociedade em que está inserida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Henrique de Souza. **Demonstração do Valor Adicionado – Uma Abordagem Atualizada Segundo a Lei 11.638/07**. Iniciação Científica. Fundação Eurípides Soares da Rocha – UNIVEM. Marília. Fundação Eurípides Soares da Rocha – UNIVEM, 2009.

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA: “demonstração dos fluxos de caixa” e “demonstração do valor adicionado”**. São Paulo. 1ª Ed.: IOB 2008.

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 17/12/1976.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 28/12/2007.

CONSENZA, J. P. **A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, Edição Comemorativa. São Paulo. USP, 2003.

CPC 09 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

CPC 26 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA – Um instrumento de mensuração da distribuição de riqueza das empresas para os funcionários**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAE/USP, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. et. al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade Comercial**, 8ª.Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado – Do Cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB**, 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Básica**. 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, Eliseu. **Demonstração do valor adicionado – Alguns exemplos reais**. Temática Contábil. Boletim IOB 31/97.

_____. **Balço social – idéia que merece permanecer**. Gazeta Mercantil. São Paulo: 18 Set. 1997, Caderno A.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. **Resolução CFC nº 820/97. Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis**, Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Brasília, 1997.

NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**, 13ª Ed., São Paulo: Frase, 2004.

_____, VICECONTI, Paulo Eduardo V.. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11ª edição, São Paulo: Frase, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**, 1.Ed., São Paulo: Pioneira, 1997.

RIBEIRO, Maisa de S. **Custeio das Atividades de Natureza Ambiental**. Tese de doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo, 1998.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1978.

SASAZAKI, **A Empresa – A experiência, a liderança e a inovação**. 2009. Disponível em: <www.sasazaki.com.br>. Acesso em: 11 set. 2010.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Macroeconomia**. V. 1. Rio de Janeiro: APEC, 1975.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.